



PRAxis



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ

ANO VII - Nº 66 - AGOSTO/SETEMBRO 2012

Eleições municipais

Desafios à prática profissional
e à cidadania



Ilustração: Carlos D

Exercício Profissional

Articulação de ações
na promoção da saúde



Equipe do Serviço Social do NASF da AP 5.1

Pág. 3

Eventos



Seminário Nacional sobre
organização sindical dos
assistentes sociais será dias 31/10
e 1/11, no Rio.

Pág. 5

Participe!

De 9 de outubro a 6 de dezembro:
criação dos núcleos de assistentes sociais
no interior do estado.

Página 8

Editorial

Governos desmontam saúde pública

Brasil convive com distintas iniciativas de seus governos (federal, estaduais e municipais) de ataque à política pública de saúde. O governo estadual tenta fechar o Hospital do IASERJ com o argumento de que o terreno será destinado a outra unidade pública de saúde. Deixa sem atendimento, conforme cobertura da própria imprensa, milhares de moradores do Rio de Janeiro. Transfere pacientes sem segurança e na calada da noite, sem comunicação a familiares. Tudo para tentar evitar a forte resistência popular e de trabalhadores.

Enquanto isso, o governo federal cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Para geri-la, implementa modelos privados, distantes da perspectiva de universalização do atendimento e de efetivo investimento nas equipes profissionais existentes para o atendimento à população. Mais: prejudica a pesquisa em saúde, predominantemente pública no Brasil, ao impor a hospitais universitários novas lógicas de funcionamento. Desrespeita, inclusive, moção do Conselho Nacional de Saúde que, em tese, existe para orientar esta política pública no Brasil.

A mesma lógica começa a tomar conta de outras unidades de trabalho de assistentes sociais. Ao serem geridas por fundações privadas e organizações sociais, reduzem direitos e perspectivas profissionais de seus trabalhadores. A população torna-se vítima de uma saúde voltada para o lucro, não para o caráter amplo previsto pela legislação nacional e internacional.

O investimento em saúde pública no Brasil é muito inferior ao de outros países. Já o que se produz para o pagamento de juros da dívida pública é infinitamente maior.

É preciso estar mobilizados. A derrota desta perspectiva exige organização coletiva.

Fórum de Supervisão de Estágio: 4/10 - No dia 4 de outubro, CRESS-RJ, ABEPSS e ENESSO realizam o **Fórum Estadual de Supervisão de Estágio**. O fórum é parte da Política Nacional de Estágio, definida pela ABEPSS em 2009.

O estágio é de fundamental importância para a formação profissional. A supervisão deste estágio é ferramenta de reprodução de valores e concepções de atuação profissional. Precisa, portanto, ser cada vez mais qualificado.

Algumas unidades de ensino já possuem fóruns de supervisores, o que é importante mas insuficiente. São necessários fóruns mais amplos, que tragam o debate para fora dos muros de cada instituição isolada. Os fóruns de supervisão – e não apenas de supervisores – também favorecem a ampliação do debate, incluindo estudantes de Serviço Social e demais interessados.

O objetivo é criar **Fóruns de Supervisão de Estágio** por regiões do estado, facilitando o diálogo entre as unidades de ensino, profissionais e estudantes, sobre os desafios postos à supervisão e à realização do estágio diante de um contexto de intensa precarização da formação profissional.

I Seminário Intersectorial de Políticas em Emergências e Desastres: 10/10 - Organização: Grupo de Trabalho sobre Emergência e Desastres Socioambientais, ligado ao Colegiado de Conselhos Profissionais do Estado do Rio de Janeiro, do qual o CRESS-RJ participa. Temas como a nova lei que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil; as Forças Nacional e Estadual de Saúde; o Controle Social através dos Conselhos e Núcleos Comunitários de Defesa Civil; Gestão de Riscos e Sistemas de Alerta; o Gerenciamento de Abrigos e Concessão de Benefícios serão tratados. **Horário, local e pauta dos eventos podem ser conferidos no site do CRESS-RJ.**

Encontro Descentralizado aconteceu no RJ - O Rio de Janeiro sediou o 41º Encontro Descentralizado dos CRESS da Região Sudeste. O encontro debateu as propostas a serem levadas para o Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, nos dias 6 a 9 de setembro, em Palmas, Tocantins. O CRESS-RJ foi responsável pela organização do evento realizado na Glória, nos dias 3 a 5 de agosto, com a participação de cerca de 120 delegados.



Recolhimento compulsório e população de rua na mídia - O CRESS-RJ deu diversas entrevistas públicas a diferentes veículos de comunicação sobre o relatório das visitas às instituições ligadas à Prefeitura da Cidade do Rio, que recebem as crianças e adolescentes recolhidos nas operações da SMAS. O relatório, realizado junto com o CRP-RJ, o Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura e a Comissão de Direitos Humanos da ALERJ, denuncia diversas violações de direitos humanos, repercutiu nacionalmente. Nas entrevistas, o CRESS-RJ também criticou ações como as recentes instalações de pedras pontiagudas embaixo dos viadutos da cidade, para expulsar moradores que lá dormem. O relatório pode ser acessado no link http://www.crpj.org.br/documentos/2012-relatorio_CADQs.pdf

ASSEMBLEIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho Regional de Serviço Social – 7ª Região convoca os Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro para Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 19 de outubro de 2012 (sexta-feira), às 17h30, em primeira convocação e às 18h em última convocação, na sede do CRESS-RJ, à Rua México, nº 41/1204 Centro/RJ. Terão direito a voto os profissionais em pleno gozo de seus direitos e quites com as anuidades do CRESS até o ano de 2011.

Pauta: Avaliação do Encontro Nacional CFESS/CRESS (Palmas/Tocantins), informes e definição do valor da anuidade do CRESS – exercício 2013.

Charles Toniolo de Sousa/CRESS 13274
Presidente CRESS – 7ª Região

PRA^{XL}S

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL
7ª REGIÃO - Nº 64 - Março/Abril 2012

Presidente: Charles Toniolo de Sousa

Vice-Presidente: Moara Paiva Zanetti

1ª Secretária: Elizabeth Souza de Oliveira

2ª Secretária: Sílvia Dabdab Calache Distler

1ª Tesoureira: Edenilza Silva Cesário

2ª Tesoureira: Eduardo Nascimento de Carvalho

Conselho Fiscal: Telma Pitê Gomes, Leandro Rocha da Silva, Michele Pontes da Costa

Suplentes: Francine Helfreich Coutinho dos Santos, Lobélia da Silva Faceira, José Rodolfo Santos da Silveira, Hilda Corrêa de Oliveira, Denise Nicácio Pereira, Loraine Rocha Vigo, Joilson Santana Marques Junior, Josélia Ferreira dos Reis, Carlos Felipe Nunes Moreira

Comissão de Comunicação e Cultura: Carlos Felipe Nunes Moreira, Charles Toniolo de Sousa, José Rodolfo Silveira dos Santos, Leandro Rocha da Silva, Moara Paiva Zanetti, Michelle Moraes, Nelma Espindola, Conceição Maria Vaz Robaina, Jefferson Lee de Souza Ruiz, Célio Albuquerque e Allan Botelho

Seccional Norte e Nordeste Fluminense - Campos dos Goytacazes

Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170

Centro - Telefax: (22) 2723-9464

Coordenadora: Lilliane Cardoso D'Almeida

Secretária: Rosângela Maria A. Benevides Guimaraes

Tesoureira: Júnia de Souza Elias

Suplentes: Thais Tavares Bernardo, Irai Martins Bohrer, Ana Teresa de Sá Santos Cezario

Seccional Sul Fluminense - Volta Redonda

R. Gen. Oswaldo Pinto da Veiga, 350, salas 1001 a 1003

Pontual Shopping - CEP 27261-050 - Telefax: (24) 3342-6886

Coordenadora: Paula de Almeida Pereira

Secretária: Lilliane Rocha Ribeiro

Tesoureira: Larissa Fagundes Costa

Suplentes: Natália Reis de Oliveira, Isabela Carvalho Silva Sobreira, Mitchelly de Barros Silva Santos

Jornalista Responsável: Célio Albuquerque (MTB/RJ 15751)

Design gráfico e ilustração: Carlos D

Impressão: Gráfica Clip - Tiragem: 13.000 exemplares

Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144

Telefax: (21) 3147-8787

e-mail: comunicacao@cressrj.org.br

Acesse www.cressrj.org.br

Serviço Social no NASF

Articulação de ações na promoção da saúde

Praxis procurou a assistente social Adriana Mendes, do NASF Olímpia Esteves, da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SMSDC) da cidade do Rio de Janeiro, para uma reportagem sobre o exercício profissional nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF). A entrevista não poderia ser mais representativa da dinâmica de atuação das assistentes sociais dos NASF do território onde atua, a Zona Oeste da cidade: uma entrevista em equipe.

Todas as assistentes sociais destacam o salto de qualidade que significa a responsabilidade coletiva e interdisciplinar no atendimento das demandas. Um trabalho de fato em equipe.

A Portaria GM 154, de 24/1/08, criou o NASF com o objetivo de “apoiar a inserção da Estratégia de Saúde da Família na rede de serviços e ampliar a abrangência, a resolutividade, a territorialização, a regionalização, bem como a ampliação das ações da Atenção Primária de Saúde no Brasil”.

Para isso, o NASF é composto por uma equipe interprofissional, compartilhando saberes e práticas que contribuam para a Estratégia de Saúde da Família. O desafio é pensar uma atuação coletiva sem perder as particularidades de cada fazer profissional. Estudos, discussões de casos, projetos de atenção em saúde e práticas compartilhadas, sob a perspectiva do matriciamento, são a tônica desse trabalho.

Uma experiência em construção

Assistentes sociais chegaram há pouco nesta nova estrutura: as equipes trabalhavam sem núcleos de apoio. Mas o que acontecia, quando a equipe de referência, no atendimento de uma criança, identificava uma demanda de negligência, por exemplo? “É uma demanda que qualquer profissional pode identificar, mas o acompanhamento sempre foi do assistente social.” Shirley Ferreira, assistente social do NASF Jardim Bangu afirma que: “O trabalho do Serviço Social contribui para as equipes trabalharem melhor com as situações sociais complexas”.

A equipe identificou, recentemente, a necessidade de organizar um seminário sobre o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência para profissionais de saúde, educação e assistência social do território. O objetivo é potencializar a rede de proteção no enfrentamento deste grave problema de saúde pública.

“O Serviço Social é uma profissão que discute as violações de direitos e articulação com outros órgãos há muito mais tempo. Temos o papel de chamar a atenção para as questões culturais, do contexto da pessoa, a ‘questão social’, do empobrecimento da classe trabalhadora”, complementa



Da esquerda para a direita: Sandra, Marcélia, Adriana, Shirley, Milene Duarte, do NASF Limites Piraguara e Fernanda

“

Olho

”

Fernanda Araújo, do NASF Realengo Norte I.

“A gente costuma trazer para a equipe uma reflexão que visa questionar o pré julgamento, o preconceito”, esclarece Marcélia Martins, assistente social do NASF Senador Camará. Ela acredita que este trabalho permite mudar a lógica tradicional de distanciamento entre profissionais e usuários da unidade de saúde.

Cuidado integral

“Uma das questões centrais da Estratégia de Saúde da Família é modificar os hábitos do trabalho em saúde, superar o modelo curativo biomédico”, explica Adriana. Para isso, “é preciso trabalhar com educação em saúde: nas comunidades, nas escolas, nas associações etc. Essa é uma ação que o Serviço Social compartilha com os demais profissionais do NASF”.

Para Shirley, o Serviço Social contribui por sua experiência no fortalecimento das redes. “A gente já cria esta intersectorialidade há tempos.” É essa atuação coletiva e interdisciplinar que permite pensar o ser humano em sua integralidade.

Na Clínica da Família Nildo Aguiar, por exemplo, há um trabalho com usuários de álcool e outras drogas. Os profissionais perceberam que “o viés não é falar sobre a dependência, mas atender esses usuários.” Em vez de tipificar como um grupo para usuários de álcool e outras drogas, trata-se de um grupo de saúde para homens. O objetivo é “desconstruir a lógica de que o tratamento de dependentes de drogas é direcionado exclusivamente para a droga”, explica Fernanda. “Quando você tira o foco das drogas e coloca o foco no ser humano em seu contexto social, amplia o leque de possibilidades.”

Mudanças tão profundas são lentas. “Profissionais e usuários estão em aprendizado”, explica Sandra Lima, assistente social do NASF Viegas Centro Sul. A cultura curativista não se transforma do dia para a noite. “O usuário tem dificuldade de entender a possibilidade de chegar ao posto de saúde e não ser atendido por um médico, não sair com uma receita, não passar pela farmácia e pegar um medicamento”.

“O Serviço Social é importante no NASF, porque ele está comprometido com o projeto ético-político e com a reforma sanitária”, defende Marcélia. Ao final da entrevista, recordou e defendeu a posição do CFESS de que deve haver assistentes sociais, não só nos núcleos de apoio, mas também nas equipes de referência.

Essa visão de saúde como bem-estar social, físico e mental, e não apenas como ausência de doença, abre muitas possibilidades de trabalho para o assistente social na perspectiva da defesa da saúde como direito humano.

Assistente social: profissional de saúde

O Sistema Único de Saúde, pautado nos princípios da reforma sanitária, avançou quando valorizou as ações de prevenção e promoção em saúde, superando o modelo hospitalocêntrico e medicamentoso. Para o CRESS-RJ, experiências como essas sublinham a importância do trabalho do assistente social na atenção primária em saúde no âmbito dos municípios.

Para isso, é fundamental a valorização das equipes interprofissionais, compostas também pelo Serviço Social, que contribui para consolidar uma visão de totalidade de saúde. O CRESS-RJ mais uma vez reivindica a ampliação e o reconhecimento oficial dos assistentes sociais como profissionais de saúde – já legitimado pelo Conselho Nacional de Saúde. Um exemplo é a cidade do Rio de Janeiro, em que os assistentes sociais não pertencem ao quadro da SMSDS, mesmo como toda a mobilização e vários diálogos do CRESS-RJ com a Secretaria, sem respostas concretas até o presente momento.

Serviço Social e SUS

Fórum Estadual de Trabalhadores/as do SUAS é criado no Rio

Composto por diferentes entidades ligadas aos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social, o FETSUAS é importante instrumento de defesa das condições de trabalho dos profissionais e da ampliação dos direitos da classe trabalhadora.

A pesar de representar um avanço significativo na política de assistência social, o SUAS se apoia, em grande parte, em relações de trabalho precárias que comprometem a efetivação desses avanços.

“O avanço do ponto de vista da organização do Sistema não se materializou em condições de trabalho adequadas para as diversas categorias profissionais que atuam no SUAS, não findou com a precarização do trabalho, mantendo vínculos empregatícios frágeis, sem o estatuto de servidores públicos concursados (...), por vezes até sem direitos trabalhistas”, afirma o FETSUAS em sua carta de princípios, recentemente aprovada.

Se, no âmbito das prefeituras, 62% dos trabalhadores são servidores públicos, na política de assistência social este percentual cai para cerca de 40%. Mais de 50% dos trabalhadores do SUAS não têm vínculo permanente (33%), ou são comissionados (18%). Os dados são da MUNIC de 2009 (Pesquisa de Informações Básicas Municipais, do IBGE). Há, ainda, segundo o Fórum, condições de trabalho precárias e desrespeito a atribuições profissionais, o que facilita a reprodução de práticas clientelistas e autoritárias por parte dos gestores.

O controle social sobre o serviço é instrumento fundamental para a ampliação dos direitos e garantia da universalização do acesso. Portanto, a atuação articulada entre os trabalhadores do SUAS e desses com os usuários torna-se instrumento importante na luta pela ampliação dos direitos.

Articulação nacional

Em 2009, durante a VII Conferência Nacional de Assistência Social, realizou-se uma plenária nacional dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social, onde decidiu-se a criação do Fórum Nacional de Trabalhadores/as do SUAS. À época, os trabalhadores reivindicaram que a Conferência seguinte fosse dedicada ao debate sobre os trabalhadores do SUAS. Na

VIII Conferência o assunto foi pautado, embora não tenha sido central, como pretendiam os trabalhadores.

O Fórum Nacional foi criado com o objetivo de “fomentar a articulação política e representar o coletivo dos trabalhadores nas instâncias de discussão, deliberação, pactuação, controle e gestão nacional do SUAS”. É o que diz sua carta de princípios, aprovada em abril deste ano.

O Fórum pretende articular vários campos de atuação, que incluem a representação dos trabalhadores e da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social, no controle social da política e, por outro lado, a participação na mesa nacional de negociação. Esta mesa, que já deveria ter sido formada para negociar as questões trabalhistas do SUAS, terá a participação das entidades sindicais que compõem o Fórum Nacional. No momento, uma das lutas imediatas do Fórum é exatamente a instalação desta mesa.

Regionalização do Fórum

Em junho deste ano, foi eleita a primeira Coordenação do Fórum Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS, do Rio de Janeiro. Trata-se do processo de regionalização da organização nacional.

O FETSUAS se propõe a ser “um campo social e político atuante na defesa de um Sistema Único de Assistência Social que seja capaz de garantir condições éticas e técnicas de trabalho e remuneração adequada com vistas à luta pela garantia de direitos e para a construção de um Brasil onde não mais persistam os alarmantes níveis de desigualdade social.”

Compõem o Fórum Estadual, até o momento, as seguintes entidades: Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (CRESS-RJ), Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ), Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro (SASERJ), Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro (SINDPSI), Associação dos Terapeutas Ocupacionais do Estado do Rio de Janeiro

(ATOERJ), Associação de Musicoterapia do Estado do Rio de Janeiro (AMT-RJ), Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas, Filantrópicas e Organizações não Governamentais do Estado do Rio de Janeiro (SINDFILANTROPICAS).

A luta pela ampliação da cidadania

As condições de trabalho precárias e a lógica clientelista da política assistencial nos municípios são alguns dos obstáculos que limitam o desenvolvimento da Política Nacional de Assistência no sentido de uma efetiva garantia dos direitos a toda a população. Vários conselhos profissionais e entidades sindicais vêm denunciando estas condições e lutando, dentro das suas possibilidades, para alterar esta realidade. Mas apenas ações das entidades não são capazes de modificar a lógica do sistema. É preciso a organização dos trabalhadores do SUAS.

Os Fóruns estão recém-criados. Definiram muito recentemente seus estatutos e cartas de princípios. Ainda não há um pauta de reivindicações definida coletivamente. Portanto, ainda não é possível avaliar suas ações, ainda incipientes. Sua capacidade efetiva de provocar mudanças significativas na organização do SUAS depende da disposição dos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS apostarem nesta luta.

Como participar?

O FETSUAS do Rio de Janeiro está iniciando suas atividades. A primeira reunião de coordenação do fórum aconteceu em agosto. Está prevista para setembro a realização da primeira Plenária Estadual dos Trabalhadores do SUAS do Rio de Janeiro. As reuniões de coordenação também são abertas à participação de todos os trabalhadores do SUAS. O calendário dessas reuniões e a data e local da Plenária serão divulgados, em breve, no *blog* do Fórum (<http://ftsuarj.blogspot.com.br>). Também é possível seguir, no facebook, o FETSUAS RJ.

Organização Sindical dos Assistentes Sociais

Seminário Nacional em 31 de outubro e 1 de novembro no Rio de Janeiro

A resistência de parte dos empregadores em implantar a lei da jornada de 30 horas para assistentes sociais, por um lado, e a precarização dos vínculos de trabalho, por outro, são apenas dois exemplos mais atuais e evidentes da necessidade de organização sindical dos assistentes sociais para defesa de seus direitos. Mas, qual a melhor forma de organização para essas lutas?

Pesquisa realizada em 2004, em nível nacional, com assistentes sociais que participaram dos eventos comemorativos do mês de maio, mostrou que apenas 32% de toda categoria afirma ter alguma participação política. Desses, 45% participam de movimentos da categoria e apenas 10% estão envolvidos, de alguma maneira, em movimentos sindicais. Ou seja, menos de 4% de toda a categoria tem alguma participação sindical.

Esta pouca participação não é exclusividade dos assistentes sociais. O movimento sindical sofreu muitas derrotas diante das profundas transformações ocorridas no mundo do trabalho. No entanto, a participação dos assistentes sociais alcança índice inferior ao nível de filiação sindical da classe trabalhadora no país, à época da pesquisa, de 15% (o índice chega a 17% na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD-IBGE/2009). Esse dado é surpreendente, tendo em vista o conteúdo crítico da formação e do projeto ético-político profissional. Para conhecer a íntegra do estudo realizado através de convênio entre o CFESS e a Universidade Federal de Alagoas, acesse: www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf

Um dos resultados desse desequilíbrio entre a participação nas ações sindicais e nas atividades das entidades da categoria, é que muitas demandas de âmbito sindical acabam chegando aos CRESS.

Para Moara Zanetti, vice-presidente do CRESS-RJ, vários fatores contribuem para criar esta confusão. “Houve um refluxo dos movimentos sindicais e sociais, combinado com uma cultura corporativista, típica do individualismo neoliberal. Ao mesmo tempo, o Conjunto CFESS/CRESS vem atuando como protagonista nas lutas do Serviço Social. Esse processo histórico reforça a crença de que é pela luta corporativa que vamos dar conta de tudo!”

Há dois problemas graves provocados por este processo. O primeiro é que “o Conselho é uma autarquia, órgão cuja função precípua é orientar



e fiscalizar o exercício profissional, de defesa dos interesses da população para a garantia um trabalho qualificado. Portanto, não pode representar legalmente a categoria em questões sindicais, nem negociá-las em nome dela”, explica Moara.

O mais grave, porém, é a tendência a perceber as lutas dos assistentes sociais distantes das lutas do restante da classe trabalhadora. “A luta por melhores condições de trabalho atinge só os assistentes sociais? Não! Todos os trabalhadores da saúde, da assistência etc. passam por dificuldades semelhantes. É a luta de classes, que os assistentes sociais não vão dar conta de resolver sozinhos, isoladamente” defende Moara.

Como lidar com essas contradições? Há muitas propostas e opiniões diferentes. O espírito da realização deste seminário nacional no Rio de Janeiro é a percepção de que se trata de um tema que sofre muitas alterações, precisando ter a reflexão sempre atualizada. Ao mesmo tempo, a necessidade de maior organização e ação política e coletiva dos assistentes sociais.

Por isso, em julho de 2010, o CRESS-RJ realizou o primeiro seminário sobre organização sindical, no estado. O segundo seminário foi realizado em maio de 2011. O conteúdo dos debates realizados nesses dois seminários estão disponíveis na Revista Em Foco no 7, de setembro de 2011, que pode ser adquirida na sede do CRESS-RJ.

No 40o Encontro Nacional CFESS/CRESS, em 2011, foi aprovada a resolução de “estimular, em nível nacional e regional, o debate sobre a questão da organização sindical dos assistentes sociais”.

A realização do seminário nacional visa fortalecer, entre os assistentes sociais, o sentimento de pertencimento à classe trabalhadora e, assim,

somar-se às suas lutas no âmbito sindical, bem como alçar novas conquistas. Por isso, Moara conclui a entrevista fazendo um chamado para os profissionais participarem do encontro. O local, programação completa e as inscrições estarão disponíveis no site do CFESS (www.cfess.org.br).

Momentos que marcaram a história da organização sindical dos assistentes sociais

As primeiras associações profissionais de assistentes sociais datam dos anos 1940, em geral com caráter corporativo, cultural e/ou assistencial.

A articulação dos assistentes sociais no sentido de sua organização sindical acompanha o processo de democratização do país e de construção do novo sindicalismo. O movimento do conjunto dos trabalhadores, que nasceu da resistência e enfrentamento à ditadura militar, resulta, em 1982, na criação da CUT. Em 1983, foi criada a Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS).

Após 11 anos de luta em defesa dos interesses dos assistentes sociais e da classe trabalhadora, a ANAS é extinta, em 1994, durante a VI Assembleia Nacional Sindical. A proposta é seguir a orientação da CUT de superar o limite da organização sindical corporativa, criando e fortalecendo os sindicatos por ramo de atividade econômica. Ou seja, os assistentes sociais passariam a organizar-se em função de sua área de atuação, com outras categorias profissionais do mesmo ramo: educação, saúde, previdência etc.

Este processo de organização por ramo acabou se concretizando de maneira parcial no Brasil, nos chamados sindicatos gerais. Muitas categorias não aderiram e, ao mesmo tempo, o refluxo do movimento sindical e social, em geral, tornou ainda mais difícil esta virada.

Em novembro de 2000, no Rio de Janeiro, os cinco sindicatos regionais de assistentes sociais que resistiram à dissolução ou foram reconstruídos, fundaram a Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS). Entre os sindicatos está o SASERJ, do Rio de Janeiro, que havia sido fechado em 1990 e reaberto em 1995.

Em 2012, no processo das greves do funcionalismo público, os assistentes sociais voltam a ser figuras de destaque, com ampla presença nos atos, comandos de greve, nas direções sindicais de diversas entidades e na mobilização destes trabalhadores. ■

Destaque

Eleições municipais e a privatização do poder público



“A gente percebe, no processo eleitoral municipal, uma relação complicada entre público e privado”, avalia Marinete Moreira, assistente social do INSS, em Macaé.

Segundo ela, os gestores públicos, cuja função deveria ser garantir o acesso dos cidadãos aos direitos, acabam utilizando a precariedade deste acesso para transformar o processo eleitoral num sistema de troca de favores. Uma troca enganosa, na qual o eleitor paga, com seu voto, um direito que deveria estar garantido.

Para os assistentes sociais diretamente envolvidos com a prestação desses serviços, o período eleitoral traz grandes desafios. Para Marinete, vice-presidente do CFESS, o assistente social precisa estar atento às manipulações do processo político. “Os políticos usam a gente. Às vezes chega um usuário dizendo que o candidato disse para falar com a assistente social e dão meu nome.”

Na Previdência, um órgão federal, o político local não consegue interferir no sistema. O que acontece, segundo Marinete, é um aumento do número de intermediários entre o cidadão e os serviços sociais. Mas nos serviços municipais, dependendo do poder

que o político local tem, ele pode até conseguir que o gestor suspenda o serviço oferecido normalmente, para levá-lo ao cidadão na forma de “favor”.

A pressão sobre os profissionais pode chegar ao ponto de forçar a adesão à campanha do candidato. Marinete avalia que “muitas vezes, isso acontece pela precariedade com que esse profissional é contratado. Nós, hoje, temos profissionais contratados pelo pregão eletrônico!” Por isso, há diferentes órgãos fazendo denúncias ao Ministério Público. O Conjunto CFESS/CRESS também faz campanha em defesa dos concursos públicos.

Para Marinete, “a concretização do direito de acesso é fundamental para a cidadania se concretizar. Enquanto isso não acontecer com qualidade, tanto para os profissionais quanto para os usuários, você vai dar cada vez mais margem para que a relação público-privado fique obscura.”

Mesmo dentro do limite que se pode esperar de uma sociedade capitalista, “se você tem profissionais concursados, serviços públicos oferecidos com planejamento e estrutura, controle dos usuários, inclusive sobre o orçamento do município, o usuário não vai precisar procurar o político local para conseguir um serviço”, defende Marinete.

A pequena política conservadora

Com a falta de regularidade do acesso aos serviços, “a busca pelo direito fica fragilizada e se concretiza na busca do favor. “E isso é naturalizado pela população, porque ela não vivenciou outra realidade.”

Este mecanismo de personificação da política, que se intensifica no período eleitoral, faz parte do cotidiano, principalmente na dinâmica municipal e, com maior intensidade, no interior do estado. Práticas antigas, como o primeiro-damismo – a primeira dama como secretária de assistência – comprometem o processo de democratização brasileiro.

“Quando se faz uma distribuição de cesta básica, por exemplo, ainda tem municípios onde é o secretário de assistência que entrega a cesta. Marca um dia e reúne um monte de gente. Quer dizer, os profissionais fazem um estudo, avaliam as condições de acesso ao direito, mas na hora tem um ritual que diz: ‘sou eu que estou te dando’.”

Embora reconheça avanços na política de assistência social, com transformação do SUAS em lei e a concretização de uma política nacional de assistência, Marinete afirma que a lógica dessas políticas, predominantemente focalizadas e segmentadas, acaba favorecendo a privatização do acesso. “Quanto mais focalizada a assistência, mais distante da lógica do direito.”

Mauro Iasi, professor da Escola de Serviço Social da UFRJ, explica como esse perfil focalizado das políticas de assistência favorece o clientelismo que transparece no período eleitoral.

Na saúde pública, pelo SUS, os convênios público/privado criam uma força política privada, segundo Iasi. “Na origem disso tem uma ONG. Essa ONG tem projetos capilarizados pela cidade. Ela recebe verbas públicas para desenvolver um projeto cultural ou de alfabetização, ou um convênio com a prefeitura para prestar um serviço de assistência à família. Quer dizer, aquilo que era um direito da população: ser atendida em sua demanda de saúde, vira um favor concedido pela ONG.” Com isso, o serviço que deveria ser oferecido por um órgão público, e poderia mobilizar a população para questionar este órgão, exigindo que os serviços existam com qualidade, como reivindicação de um direito, torna-se um favor. “Essa ONG, via de regra, está interessada em perpetuar esse convênio; por isso, vai apoiar esse ou aquele prefeito ou governador”, conclui Iasi.

“A população brasileira tem a cultura da troca de favores. Mas pouco se diz sobre aqueles que ocupam o governo, como incentivam ou não essa lógica da troca de favores.”

A grande política transformadora

Para o professor e historiador Mauro Iasi, a luta por democracia, nos anos 1970 e 80, trazia um conteúdo de reivindicação por condições de vida e por direitos. “Mas a normalização democrática e a institucionalização da democracia”, tem feito com que as regras da disputa eleitoral fiquem “cada vez mais distante desse verdadeiro conteúdo”.

O processo eleitoral, para Iasi, atual presidente da Associação dos Docentes da UFRJ – Seção Sindical (ADUFRJ), não é espaço de transformação.

Em primeiro lugar, porque “a dinâmica do processo eleitoral brasileiro, hoje, é dominada pela pequena política: quem vai ser o vereador, quem vai ser o deputado.” As eleições se transformaram, segundo Iasi, num jogo dominado pelo “esquema das grandes fortunas, pelo esquema profissional do marketing”.

Em segundo lugar, “nós acumulamos experiência suficiente, no Brasil, para evitar a ilusão de que uma transformação no Brasil vai se dar pelo somatório de cargos que se elejam, de prefeitos, vereadores, governadores, deputados, senadores etc.” E argumenta: “Se a gente olhar as transformações políticas históricas no Brasil, nenhuma delas se deu sem essa força que vem de fora.”

“Mesmo com todos esses limites – defende Iasi – o canal eleitoral tem um peso muito grande no Brasil. É muito importante que as lutas sociais encontrem espaço de expressão na política institucional.” Trata-se de uma luta dentro e fora da institucionalidade, ao mesmo tempo. “Mas é sempre uma luta contra ela”, alerta.

Além disso, para Iasi, uma candidatura alternativa tem importante papel pedagógico. “Uma candidatura que mostre que é possível ter coisa diferente é positiva no sentido de evitar a acomodação.” Para ele, o risco dos movimentos sociais negarem este espaço é deixá-lo totalmente livre à manipulação. “O senso comum brasileiro é que a eleição é um jogo para os de cima decidirem quem vai governar. Não é um espaço para os de baixo expressarem seus interesses. Esse senso comum é conservador, estimula o voto no que dá ‘coisas’.”

A esquerda e a superação do capitalismo

“Uma política de esquerda, para as eleições, é aquela que traga a grande política para o debate. Mesmo no âmbito das eleições municipais é possível fazer um debate politizador das campanhas, chamando a atenção para grandes temas e como eles se expressam nas cidades.”

Para Iasi, isso significa utilizar o processo eleitoral para “criar espaço de um fazer político que seja a expressão daqueles que não aparecem apenas em época de eleição”.

“Esquerda, hoje, só tem sentido, em oposição ao

consenso conservador. Existe um bloco que se opõe a isso. Institucionalmente, em partidos políticos que se opõem a esta lógica. Mas também num conjunto de movimentos sociais que, pela sua própria natureza e pelas demandas que expressam, se colocam contrários à lógica geral do campo conservador. A soma disso forma um bloco que se diferencia do bloco conservador.”

Primeiro, segundo Iasi, porque “não se rende ao consenso conservador, que diz que o limite máximo da política no Brasil seja essa forma em que nos encontramos”. Segundo, porque não abriram mão da crítica ao capitalismo. Para Iasi, “o que caracteriza o bloco conservador é que ele aceita o capitalismo como a forma final, imutável”.

“Nós temos vários problemas no Brasil. A desigualdade social, as desigualdades regionais, o déficit crônico de serviços essenciais como saúde, educação e moradia, os graves problemas de injustiça, de falta de direitos e acesso a direitos.” Durante muito tempo, acreditou-se que “o próprio desenvolvimento do capitalismo geraria a possibilidade desses problemas se resolverem”, explica Iasi. Para o professor, o Brasil, hoje, é um país capitalista com uma dinâmica própria. Não é central, mas está inserido no modo de produção mundial. O

que se pode perceber, então, é que “esses problemas são efeito deste desenvolvimento capitalista”.

Então, alternativas que queiram de fato resolver estes problemas, precisam ser anticapitalistas.

“O único programa capaz de tocar nesse assunto é aquele que encare de frente a necessidade de uma educação 100% pública, de uma saúde 100% pública. Isso só pode encontrar solução numa economia que vá, paulatinamente, freando o mercado, reduzindo o poder do mercado. Se não há uma correlação de forças no processo eleitoral para uma socialização dos meios de produção, há correlação de forças para propor que certos setores devem ser considerados fora do mercado. Portanto uma política eleitoral que reflita a grande política, hoje, é uma política antimercado, antiprivatização.”



O papel do assistente social

“Num atendimento, uma segurada me explicou que estava precisando reformar a casa, por causa de um vazamento. E me disse: ‘Eu vou procurar o tal vereador, porque ele vai me ajudar, e eu vou dar meu voto pra ele.’”

Então eu perguntei, em palavras simples, porque ela achava que tinha que procurar fulano de tal. E por que ia dar seu voto para ele, quando ele é responsável por fazer leis que garantam seu direito?

Aí ela ficou um pouco em silêncio e respondeu assim: ‘Pois é, né? Sabe que a senhora falando agora... Quer dizer, se tivesse um lugar na Prefeitura que eu pudesse ir, eu não ia precisar, agora, ir atrás dele.’”

Eu continuei: E por que a senhora acha que ele alimenta esse tipo de relação? Por que está interessado no voto, quando o papel dele é exatamente criar leis para que a senhora não precise buscá-lo.”

A história é um relato, entre tantos, da experiência de Marinete no INSS de Macaé. Ela usa o exemplo para mostrar o papel pedagógico que o assistente social pode cumprir. “Sem achar que vai ser o salvador da pátria – alerta – nem acreditar que através das políticas de assistência é possível tensionar a sociedade de exploração.” Mas é possível contribuir para uma ampliação do acesso aos direitos, como forma de dar mais “substância às mediações mais concretas”, reduzindo o campo da manipulação política.

“Às vezes você ouve o usuário falar assim: ‘eu

não consegui, mas agora está em época de eleição, eu vou buscar o fulaninho, que é o político local’. Então, você tem uma discussão para fazer com esse usuário”.

Para Marinete, o país ensinou à população, ao longo de sua história, que cidadania não existe. “Nosso papel, como profissionais de Serviço Social, é explicar a primazia do Estado, a não vinculação da relação público-privado, a noção do que é acessar um serviço como direito, não como favor.”

Marinete acredita que o assistente social tem uma grande contribuição a dar. Neste sentido, ela acredita que “a eleição é um momento rico”. Uma oportunidade para que o profissional contribua para que os usuários desmistifiquem a personalização da política tradicional. Para isso, é preciso “não se deixar levar pelas pressões imediatas, mantendo as diretrizes do código de ética e atuando coletivamente.” No atendimento diário, “a gente precisa fortalecer a rede socioassistencial, se não o usuário fica solto e aí o intermediário age.” Já na relação com o gestor, Marinete defende que “é preciso se utilizar da relativa autonomia profissional, historicamente conquistada pela categoria, que permite que o assistente social se recuse a práticas que estão em desacordo com os princípios éticos”.

“O Serviço Social não garante direitos, mas ele contribui para que o direito seja garantido na lógica do direito social. E isso faz diferença!”



Criação de núcleos aproximará CRESS-RJ dos municípios

A partir de outubro, iniciam as reuniões de assistentes sociais no interior do estado do Rio de Janeiro, com participação de diretores do CRESS. O objetivo é criar núcleos de assistentes sociais, nas regiões do estado para acompanhar de perto o dia a dia da atuação profissional.

A criação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), em 2004, provocou um verdadeiro boom no processo de interiorização da atuação dos assistentes sociais. Cresceu a demanda por profissionais em todos os municípios, e cresceu a oferta de cursos de Serviço Social, na modalidade presencial e à distância.

Num esforço de interiorização da ação do Conselho, a atual gestão circulou 23 municípios durante a campanha eleitoral e, em maio deste ano, realizou minicurso em 37 municípios.

Cumprindo compromisso de campanha, a atual direção do CRESS vai potencializar a criação de núcleos, com vistas a ampliar o apoio do Conselho à organização dos assistentes sociais. Serão espaços para troca de experiências, reflexões sobre o exercício profissional e debate das melhores formas de enfrentamento de demandas postas para o Serviço Social e para as condições de trabalho nas diversas regiões do Estado.

Há contradições e demandas próprias dessas regiões. Para que os assistentes sociais tenham força para enfrentar as distorções que muitas vezes a política local impõe ao Serviço Social, além de denunciar desrespeitos como contratos precários e salários aviltantes, precisamos apostar em nossa organização coletiva.

O processo de nucleação é parte do esforço, que se iniciou há algumas gestões, de interiorização do CRESS-RJ, como ferramenta de fortalecimento da organização política dos assistentes sociais. Os núcleos, a serem criados a partir dos eventos agendados abaixo, mais do que espaço de reunião dos assistentes sociais, deverão constituir-se em espaços de produção de política para a categoria para o fortalecimento de um exercício profissional sintonizado com o nosso projeto ético-político.

Organização

Todos os eventos de criação dos núcleos contarão com a participação de pelo menos um conselheiro do CRESS-RJ. Deverão ser formados por assistentes sociais de diversos municípios da área – que podem potencializar a organização dos assistentes sociais por município. A partir de sua formação, o núcleo se reunirá quantas vezes considerar necessário e, no mínimo, uma vez a cada dois meses, um conselheiro acompanhará a reunião.

Criação dos núcleos

Todos os eventos de criação dos núcleos serão organizados durante a tarde, seguindo a seguinte dinâmica:

14h – Abertura com representantes do CRESS-RJ

Mesa: O exercício profissional dos assistentes sociais na atualidade: desafios gerais e regionais na defesa dos direitos humanos

As mesas contarão com a participação de um representante do CRESS-RJ e um convidado.

16h – Debate: A organização política dos assistentes sociais no interior: a política estadual de

nucleação do CRESS-RJ

Dois representantes do CRESS-RJ, sendo um da seccional, quando o evento for em sua área de abrangência.

17h – ENCAMINHAMENTOS

Calendário de eventos do interior

Identifique seu município e acompanhe pelo site do CRESS (www.cressrj.org.br) o local de realização dos eventos. A organização dos núcleos dos assistentes sociais será realizada no final de cada debate. Os núcleos serão identificados a partir dos nomes escolhidos pelos assistentes sociais presentes nos encontros.

Data	Local do evento	Área de abrangência
9/10/2012	Santa Cruz (zona oeste do Rio)	Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, Itaguaí, Mangaratiba
11/10/2012	Macaé	Macaé, Rio das Ostras, Carapebus, Quissamã, Casemiro de Abreu, Conceição de Macabu
16/10/2012	Belford Roxo	Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Magé, São João de Meriti, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, Queimados, Japeri, Seropédica, Paracambi
18/10/2012	Resende	Resende, Itatiaia, Barra Mansa, Quatis, Porto Real
23/10/2012	Itaperuna	Itaperuna, Italva, Cardoso Moreira, São José de Ubá, Lage de Muriaé, Natividade, Bom Jesus de Itabapoana, Porciúncula, Varre-e-Sai
25/10/2012	Cabo Frio	Cabo Frio, Silva Jardim, Araruama, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo
13/11/2012	Três Rios	Três Rios, Barra do Pirai, Engenheiro de Paulo de Frontin, Mendes, Pirai, Valença, Vassouras, Rio das Flores, Paraíba do Sul, Sapucaia, Areal, Levy Gasparian, Miguel Pereira, Paty do Alferes, Pinheiral
22/11/2012	Teresópolis	Teresópolis, Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto, Carmo, Sumidouro, Nova Friburgo, Bom Jardim, Duas Barras, Cordeiro, Cantagalo
27/11/2012	São Fidélis	São Fidélis, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana, Santa Maria Madalena, Trajano de Moraes, Macuco, São Sebastião do Alto, Itaocara, Cambuci, Aperibé, Santo Antônio de Pádua, Miracema
4/12/2012	São Gonçalo	São Gonçalo, Niterói, Maricá, Itaboraí, Cachoeira de Macacu, Tanguá, Saquarema, Rio Bonito, Guapimirim
6/12/2012	Angra dos Reis	Angra dos Reis, Paraty, Rio Claro

PARTICIPE! FORTALEÇA NOSSA PROFISSÃO E NOSSO CONSELHO EM TODO O ESTADO!!!

“

OLHO

”

Assistente social em audiência judicial. Como atuar?

O assistente social está obrigado a atender à convocação do juiz, sempre que for chamado a participar de audiência sobre caso em que tenha atuado profissionalmente. Há, no entanto, uma confusão, muitas vezes gerada pela ação do próprio juiz, entre o depoimento testemunhal e o esclarecimento de natureza técnica.

Realizamos uma entrevista com a agente fiscal Arlene Vieira e com o presidente do CRESS-RJ e coordenador da COFI, Charles Toniolo, para tentar esclarecer algumas dúvidas recorrentes entre os profissionais de Serviço Social convocados a comparecer a audiências.

PRAxis No Código de ética diz que é vedado ao assistente social depor como testemunha. Então, se o profissional atende à convocação do juiz está atuando em desacordo com a ética profissional?

Não. O Código de Ética proíbe o assistente social de depor como testemunha, num caso em que tenha participado profissionalmente. Mas, exatamente por sua atuação técnica, ele deve estar disponível para prestar todo e qualquer esclarecimento de natureza técnica.

X Qual a diferença entre esse esclarecimento técnico e o depoimento testemunhal?

Se o assistente social atuou no caso, escutando pessoas envolvidas, ele tem plena condição de esclarecer o processo, a partir das conclusões que tirou de sua escuta especializada. Seu relatório constitui peça pericial no processo judicial, mas ele não está em condições de oferecer prova testemunhal, porque esta diz respeito a fatos presenciados.

X Mas o assistente social ouve as pessoas envolvidas e, em alguns casos, pode chegar a presenciar eventos significativos para o processo, em seu trabalho de atendimento aos usuários. Neste caso, ele pode testemunhar?

Não. Porque ele tem o compromisso ético do sigilo, em relação ao usuário. Se ele relata tudo o que viu e ouviu, em audiência, ele compromete seu trabalho no campo da garantia do direito, uma vez que rompe a confiança necessária entre o assistente social e as pessoas por ele atendidas.

X Então, em nome desse sigilo, não é melhor recusar-se a depor, sempre que há envolvimento profissional com o caso?

Não. O assistente social está obrigado a atender à convocação do juiz. É está perfeitamente apto a prestar esclarecimentos sobre suas conclusões. O que ele precisa deixar claro é que sua contribuição se restringe às conclusões técnicas, fruto de interpretação fundamentada. Ele está impedido, por condição ético-profissional, de contribuir com o relato de fatos.

X E se, chegando à audiência, o juiz insiste em pedir o testemunho dos fatos observados no nosso trabalho? Como o assistente social deve atuar?

A primeira coisa que o assistente social deve fazer, em audiência, é esclarecer que está lá na condição de perito ou assistente técnico e que, portanto, não pode depor na condição de testemunha.

X Mas os esclarecimentos técnicos já estão no relatório que enviamos para o juiz.

Exatamente. Em muitos casos, o juiz simplesmente arrola todos os envolvidos como testemunha, mas compreende perfeitamente, quando esclarecemos nossa condição técnica, no caso. Há situações, inclusive, em que o assistente social, ao ser convocado, informa ao juiz, antes mesmo da audiência, que toda sua contribuição já está no relatório. E pode acontecer de, diante da informação, o juiz liberar o profissional da participação na audiência.

X Neste caso, por que atender à convocação para a audiência, se já foi entregue o relatório técnico?

Porque o juiz tem o direito de pedir melhores esclarecimentos, caso haja algum ponto do relatório que não tenha compreendido, ou sinta necessidade de aprofundamento. O que o juiz não pode exigir do assistente social é que ele relate fatos ouvidos ou observados, em seu trabalho de escuta e acompanhamento das pessoas.

X O fato de se recusar a depor como testemunha não pode ser compreendido como má vontade, por parte do profissional, em colaborar com o trabalho da Justiça?

Pelo contrário. Parecer jurídico recentemente produzido a pedido do CFESS afirma o exato oposto. A atuação do Serviço Social no Poder Judiciário tem contribuído muito “para as decisões judiciais prolatadas por nossos juizes em Primeira Instância e Tribunais”, através de seus laudos e pareceres técnicos. Mas a principal contribuição do Serviço Social nesta área é exatamente a de trazer a reflexão sobre o papel do judiciário “para além dos estreitos limites do direito positivo, numa perspectiva técnica competente, porém a partir de uma visão social e política, situando e compreendendo, adequadamente, a problemática dos sujeitos envolvidos nas demandas, e a partir do contexto, ou melhor, da vivência de tais sujeitos”.

X Esta posição do CFESS é conhecida e compreendida pelos juizes?

Nem sempre. Cabe a nós esclarecê-los.

X A que documentos posso recorrer para fundamentar minha recusa em depor como testemunha, numa audiência sobre caso com o qual estou envolvido profissionalmente?

O primeiro é o Código de Ética, que trata do impedimento de participar de audiência como testemunha e do sigilo profissional. Em função de repetidas denúncias e confusões sobre o assunto, o CFESS também emitiu a Resolução 559/2009, que pode ser conferida no site do CFESS (www.cfess.org.br). Esta Resolução dispõe sobre a atuação do assistente social quando convocado a prestar depoimento como testemunha.

X Existe alguma situação em que o assistente social pode prestar depoimento como testemunha, numa audiência?

Nunca como assistente social, ou seja, não quando é conhecedor do assunto por força de seu envolvimento profissional com o caso. No entanto, como qualquer cidadão, o assistente social também pode presenciar fatos que repercutam em algum processo judicial. Por exemplo, o assistente social está em seu local de trabalho, numa unidade de saúde, e vê o momento em que um homem agride uma mulher. Esta mulher denuncia o homem que vai a julgamento. O assistente social, neste caso, na condição de cidadão que testemunhou o fato, e não na condição de profissional responsável que atende aquela mulher na defesa de seus direitos, pode perfeitamente participar da audiência como testemunha.

Outras ações do CressRJ

■ **Diálogos sobre drogas e exercício profissional:** A Comissão de Direitos Humanos do CRESS-RJ realizou evento sobre o tema polêmico, dia 23/8, na sede da OAB. Com a participação dos conselheiros Charles Toniolo, Elizabeth Oliveira, Felipe Moreira, Sílvia Dabdab, Michele Pontes e Hilda Corrêa, o debate apontou para a politização da discussão, tirando-a do discurso moral e do senso comum, bem como superando a visão liberal de direitos humanos. Experiências de trabalho de assistentes sociais foram apresentadas.

■ **Serviço Social no Corpo de Bombeiros:** O presidente do CRESS-RJ participou da abertura do evento da equipe de Serviço Social que compõe o setor de assistência social da corporação, no dia 11/7.

■ **Educação no interior:** As conselheiras Sílvia Dabdab e Rosângela Benevides (e membros da Comissão de Educação do CRESS-RJ) participaram de reunião em Macaé, dia 9/8, para a organização de Encontro Regional do Norte e Noroeste Fluminense e Baixada Litorânea sobre Serviço Social na Educação.

■ **Encontros CRESS/Seccionais:** Nos dias 30/6, em Campos dos Goytacazes, e 21/7, em Volta Redonda, foram realizados encontros com as Seccionais, sobre a participação dos assistentes sociais nas instâncias de controle social. Foi apresentada a Resolução CRESS 62/2012, que aprimorou os critérios para essa representação. Em Campos, a palestra foi proferida pela professora Maria Inês Bravo, e em Volta Redonda, pela assistente social Juliana Bravo.

■ **Frente Estadual sobre Drogas:** O CRESS-RJ, através dos conselheiros Leandro Rocha, Hilda Corrêa, Sílvia Dabdab e Elizabeth Oliveira, vêm participando de reuniões para organização da Frente Estadual, a partir do chamado da Frente Nacional de Drogas e Direitos Humanos. O Seminário Estadual para oficialização/lançamento da Frente está previsto para dia 18/10.

■ **Apresentação para alunos do curso de Serviço Social para assentados do MST:** Dia 16/8 ocorreu palestra ministrada pelo presidente do CRESS-RJ no auditório do Conselho sobre o que é o Serviço Social e o papel do Conselho para a turma de assentados do MST da Escola de Serviço Social da UFRJ.

■ **Seminário sobre saúde no sistema penitenciário:** A conselheira Lobélia Faceira e membros da Comissão Sociojurídica do CRESS-RJ participaram, dia 21/8, do seminário organizado pelo Fórum de Saúde no Sistema Penitenciário, que tem o Conselho em sua secretaria executiva. Com a presença de vários representantes do Poder Executivo, o CRESS-RJ reforçou a proposta de assistir aos internos do sistema penitenciário via Sistema Único de Saúde. As entidades da sociedade civil pautaram a importância de garantia da gestão pública da política, e não através das organizações sociais. Também reivindicou-se a ampliação do quadro de profissionais de nível superior no sistema prisional.

■ **Movimento em defesa da saúde pública:** O presidente e a vice-presidente do CRESS-RJ participaram do ato de repúdio à decisão do governo do estado do Rio de Janeiro de fechamento do IASERJ, no dia 27/7. No dia 8/8, o conselheiro Leandro Rocha e membros da Comissão de Saúde representaram o CRESS-RJ na Plenária do MUSPE (Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais) realizada na UERJ. A Comissão de Saúde tem participado de diversas manifestações da sociedade civil na defesa da saúde pública. O CRESS-RJ também se junta à luta contra as

Empresas Brasileiras de Serviços e Recursos Hospitalares – EBSEH, nos hospitais universitários.

■ **Serviço Social e Psicologia na Educação na cidade do Rio de Janeiro:** CRESS-RJ, CRP-RJ e SEPE (Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação) publicaram nota pública contra o Projeto de Lei nº 1314/12 que tramita na Câmara de Vereadores, sobre a atuação de assistentes sociais e psicólogos na Secretaria Municipal de Educação. O projeto limita a atribuição desses profissionais e não contempla as reais demandas das categorias. Para ler a nota acesse: http://www.cressrj.org.br/2noticias_res.php?recordID=1323

■ **Aula Inaugural da UNIPLI/Anhanguera:** O presidente do CRESS-RJ proferiu aula inaugural para os alunos do curso de Serviço Social – turnos diurno e noturno, no dia 22/8 – apresentando o tema “A importância do CRESS para a categoria profissional”. Na ocasião, temas como o papel do Conselho, a precarização da educação e os desafios do estágio supervisionado foram debatidos.

■ **Reuniões de Grupos de Trabalho nacionais:** Os conselheiros Felipe Moreira e Charles Toniolo participaram, respectivamente, das reuniões dos GTs coordenados pelo CFESS, nos dias 18 e 19/8, sobre Serviço Social e Educação (no Rio de Janeiro) e sobre o Serviço Social e campo sociojurídico (em São Paulo). O agente fiscal Elias Azevedo também participou do GT sobre Gestão do Trabalho do conjunto do CFESS/CRESS, representando os trabalhadores dos CRESS da Região Sudeste, dia 7/7.

■ **Eleições para o Conselho Estadual de Assistência Social:** A conselheira Hilda Corrêa foi eleita presidente da Comissão Eleitoral para as eleições do próximo exercício do CEAS, que ocorrerá em outubro.

■ **Evento Serviço Social nas escolas de Porto Rico:** Dia 19/7, a conselheira Sílvia Dabdab e participantes da Comissão de Educação do CRESS-RJ organizaram, no auditório do Conselho, encontro com a professora e assistente social portorriquenha Dra. Dóris Pizarro Cláudio sobre “O Serviço Social em escolas da comunidade de Porto Rico”. Na oportunidade, foi revelada a importância do debate sobre o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro para o país, que continua sendo um protetorado dos EUA, com um Serviço Social ainda muito influenciado pelo conservadorismo funcionalista.

■ **Capacitação das Comissões de Instrução de Processos Éticos:** Dia 13/8, os agentes fiscais Elias Azevedo e Rhossane, a assessoria jurídica e a conselheira Michele Pontes participaram de debate sobre o papel da COFI e sua interface com as Comissões de Instrução e a Comissão Permanente de Ética.

■ **Movimento Estudantil e Formação Profissional:** O presidente do CRESS-RJ participou do II Encontro Local dos Estudantes de Serviço Social, na UNIFOA, em Volta Redonda, no dia 28/8, discutindo os desafios da luta em defesa da qualidade da formação profissional.

■ **Assembleia do CEDCA sobre o Sistema Nacional Socioeducativo:** A conselheira Sílvia Dabdab participou da atividade do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, dia 25/7, que discutiu a implantação do SINASE no estado, tendo em vista o alarmante aumento dos índices de encarceramento de adolescentes. O fechamento do Instituto Padre Severino, vitória dos defensores dos direitos humanos também foi pauta da assembleia.

■ **Anistia da assistente social Mariléa Porfírio e Comissão Nacional da Verdade:** As conselheiras Sílvia Dabdab e Hilda

Corrêa representaram o CRESS-RJ na 61ª Caravana da Anistia, durante a Conferência Internacional Memória Americana Latina em Perspectiva Internacional e Comparada, dia 17/8, na PUC-Rio. Sete processos de anistia foram julgados, dentre eles o da assistente social e professora da UFRJ Mariléa Porfírio, presa nos anos 1970 e demitida do então INPS por “abandono de emprego”. Mariléa saiu vitoriosa da ação, conquista importantíssima no contexto dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. O Presidente do CRESS-RJ participou também, na sede da OAB-RJ, dia 13/8, da audiência pública da Comissão com a sociedade civil.

■ **Condições de trabalho dos assistentes sociais e psicólogos do Tribunal de Justiça:** Durante todo o mês de agosto, o presidente do CRESS-RJ participou das atividades promovidas pelo SindJustiça, no estado do Rio de Janeiro, visitando Núcleos Regionais do TJ, para pesquisar as condições de trabalho dos assistentes sociais e psicólogos na instituição. O CRESS-RJ e o CRP-RJ revezaram-se durante as visitas, construindo direção única para orientar as categorias sobre essa importante frente de luta que se abriu na instituição, com o protagonismo do Sindicato e dos próprios profissionais.

■ **Greve do serviço público federal e na educação estadual:** Algumas reuniões do comando unificado de greve no estado do Rio de Janeiro ocorreram no auditório do CRESS-RJ. Vários conselheiros e funcionários participaram de atos e manifestações do movimento.

■ **Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da População Adulta de Rua:** A conselheira Hilda Corrêa participou, nos dias 27 e 28/8, da reunião realizada em Brasília. O foco da reunião foram as truculentas ações que se propagam no país contra a população moradora de rua, especialmente nas cidades que receberão jogos da Copa do Mundo, em 2014.

■ **Serviço Social e Direitos Humanos:** O presidente do CRESS-RJ participou da mesa “O significado sócio-histórico dos direitos humanos e o Serviço Social no cenário contemporâneo”, em seminário organizado sobre o tema pelo CRESS-MG, em Belo Horizonte, dia 17/8. Membros da comissão de direitos humanos do Conselho participaram de mesas em outros eventos sobre o tema, em Minas Gerais (professora Valéria Forti), Curitiba e Palmas (assessor político Jefferson Ruiz).

■ **Comitê Gestor Estadual de Políticas de Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica:** O CRESS-RJ foi convidado a compor o referido comitê ligado ao governo do estado. A assistente social Andreia Pequeno e a conselheira Sílvia Dabdab assumiram a representação dia 20/7.

■ **Comitê das 30 horas:** O presidente e a vice-presidente do CRESS-RJ participaram, dia 27/7, da primeira reunião do Comitê pela Luta das 30 horas para assistentes sociais e para a classe trabalhadora, na sede da ASFUNRIO (Associação dos Funcionários da Prefeitura do Rio). Na ocasião, com a presença de alguns assistentes sociais da PCRJ, ficou acordado que a Associação buscaria mais um canal de diálogo com a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, que como outras instituições, se recusa a reconhecer a Lei Federal 12.317/2010.

■ **VI Encontro de Gerações:** A conselheira Lobélia Faceira participou do evento organizado pelo CBCISS, com o apoio do CRESS-RJ, realizado dia 31/8, na sede da Confederação Nacional do Comércio. O tema foi a violência familiar contra o idoso.

Comunicação

Quase 90% da categoria acessa o site do Cress-RJ

A conclusão é da pesquisa realizada pelo CRESS-RJ durante os cursos do mês de maio. Foram 717 questionários respondidos, em mais de 55 municípios. Segundo eles, 79% da categoria leem o Praxis e 87% acessam o site do Conselho. Dos que leem o Praxis, 70% o fazem do início ao fim (destes, 48% o fazem sempre e 22%, às vezes).

Praxis: instrumento indispensável de formação

Embora o site seja mais lido que o jornal, segundo a pesquisa, a maioria do que responderam à pesquisa considera a comunicação impressa indispensável. Somente 13% consideram que o Praxis poderia se tornar apenas digital, enquanto 65% defendem que continue impresso. Para 79% dos entrevistados o Praxis traz matérias de grande interesse para a categoria.

A principal função que a categoria reconhece e reivindica neste veículo é a contribuição para a formação profissional: 69% afirmam que o Praxis contribui para a formação continuada. A sessão mais lida é a que traz relatos sobre o exercício profissional (68%), seguida da coluna "Ações do CRESS" (59%) e das matérias centrais (57%).

Houve 308 sugestões para melhorar o Praxis. Destas, 11% diziam respeito à formação continuada e 15% reivindicavam divulgação e debate de experiências profissionais.

Os assistentes sociais de fora da capital demandam a interiorização das pautas do jornal.

Por fim, 23,7% das respostas abertas sugeriram mais matérias sobre concursos e oportunidades de emprego.

Acesso ao site não é diário

O acesso ao site pode ser dividido em quatro grupos. Há aqueles que o acessam **diariamente ou quase** (12%); os que o fazem **somente uma vez por semana** (39,6%), **uma vez por mês ou menos do que isso** (40,5%) e os que **nunca acessam** (3,2%). Dos entrevistados, 29% disseram acessar o site do CRESS do seu local de trabalho. Ainda assim, não o fazem diariamente.

Os dados mostram que, embora 17% das respostas indiquem que o site não precise ser reformulado, é necessário um esforço de torná-lo atrativo para que haja um interesse maior pelo acesso constante às informações do Conselho.

Diferente do Praxis, o site é acessado na busca de informações mais ágeis sobre eventos (78%), notícias atuais (73%), leis e resoluções do Serviço Social (50%). Menos de 6% dos entrevistados acessam o site para interagir com o CRESS através do "Fale Conosco" ou de outra forma.

Nas respostas abertas duas reivindicações mereceram especial atenção: mais informações sobre concursos e vagas de emprego (19%) e mais informações sobre cursos e outras iniciativas que contribuam para a formação profissional (19%).

Quanto ao layout do site, 17% sugeriram mudanças (mesmo percentual dos que se disseram satisfeitos).

Outros instrumentos

Dentre os demais veículos do CRESS-RJ, o VIA CRESS e o perfil no Facebook são acessados por 40 a 44% da categoria. Já o CRESS Opina (com 11%), e nossos canais do youtube, twitter e radiotube (todos com 3% ou menos) ainda são pouco conhecidos e muito pouco acessados pelos assistentes sociais.



Página do CressRJ no Facebook

Reformulações à vista

Na tentativa de responder com maior qualidade às expectativas da categoria, alguns instrumentos de comunicação serão reformulados. O próximo número do jornal Praxis aumentará o espaço dedicado ao exercício profissional e às ações do CRESS (que passarão a ocupar duas páginas, prestando contas à categoria sobre os diversos encaminhamentos do Conselho). Quanto ao exercício profissional, continuaremos tendo uma página com esta sessão, com outras incluindo divulgação, debate e orientação sobre diferentes campos de atuação e experiências profissionais. Os objetivos são explorar o caráter formativo do Praxis e, ao mesmo tempo, aprofundar a aproximação do dia-a-dia da categoria.

Quanto ao site, há um projeto de reformulação em andamento com previsão de término para o início de 2013, devido ao seu custo operacional. Entre as diversas mudanças programadas, há um novo layout e a criação de espaços privilegiados para divulgação de eventos, cursos e oportunidades de emprego. O site é um instrumento mais apropriado que o Praxis para estas divulgações que precisam ser ágeis.

Visibilidade adequada para a profissão

A pesquisa também demonstrou que boa parte da categoria acompanha as ações do CRESS para que o Serviço Social seja visto pela população de forma mais

adequada. Instrumentos como o folder sobre a profissão e o cartão comemorativo do mês de maio são conhecidos em muitos municípios e acessados entre 38 e 44% dos assistentes sociais pesquisados.

O Prêmio Visibilidade do Serviço Social e das Políticas Sociais (que está em sua sexta edição em 2012) já é conhecido por 36% da categoria.

O Conjunto CFESS/CRESS vem, há anos, se preocupando com a disputa da visão que a sociedade tem da profissão. Esta é uma das preocupações da Política Nacional de Comunicação: divulgar o que se deve esperar de assistentes sociais e que posições defendemos frente a conjuntura e às políticas públicas.

Eventos no canal do Cress no Youtube

Conhecendo a realidade dos assistentes sociais no estado, o CRESS decidiu potencializar seu canal no Youtube. Disponibilizará nele alguns dos eventos realizados pelo Conselho. Em breve você poderá assistir aos Seminários Estaduais ocorridos no mês de maio, bem como o Seminário sobre Drogas e Exercício Profissional. Acesse o canal do CRESS no Youtube através do site do Conselho.

Instrumentos de Comunicação	Totais	% total
Site	628	87,6
Praxis	567	79,1
Folder sobre a profissão	316	44,1
Facebook	308	43,0
Via Cress	304	42,4
Cartão Comemorativo	275	38,4
Cress Opina	80	11,2
Canal Youtube	23	3,2
Twitter	14	2,0
Rádio Youtube	4	0,6
Branços	22	3,1
Praxis	Totais	% total
Leio sempre do início ao fim	343	47,8
Leio às vezes do início ao fim	157	21,9
Leio somente o que me interessa	140	19,5
Nunca leio	52	7,3
Nunca leio por completo	20	2,8
Leio às vezes	9	1,3
Branços/Nulos	47	6,6
O que procura no Site	Totais	% total
Informações sobre eventos	560	78,1
Notícias / matérias recentes	521	72,7
Leis e Resoluções referentes ao Serviço Social	356	49,7
Oportunidades de emprego / curso	246	34,3
Orientação Profissional	178	24,8
Agenda das Comissões Temáticas	77	10,7
Fale Conosco	34	4,7
Enviar dúvidas	8	1,1
Branços/outros	25	3,5

Conheça os dados totais da pesquisa em "notícias", no site do Conselho (www.cressrj.org.br).